

Economia Ambiental e Biopolítica: a experiência de uma escola colombiana

José Alberto Romaña Díaz
Angélica Vier Munhoz

José Alberto Romaña Díaz

Universidade do Vale do Taquari

Email: josealbertoromanadiaz@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/9276869703837368>

Angélica Vier Munhoz

Universidade do Vale do Taquari

Email: angelicavmunhoz@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2644-043X>

Resumo

O presente artigo pretende problematizar, como um dos desafios da contemporaneidade, a educação da sociedade acerca das mudanças climáticas. Busca compreender, assim, como se constituem as novas configurações de economia ambiental, em meio à noção de biopolítica de Michel Foucault. Tal estudo é decorrente de investigações realizadas no Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/UNIVATES), cujo objetivo é, a partir do pensamento da Filosofia da Diferença e das teorizações curriculares pós-estruturalistas, ampliar as perspectivas de entendimento do currículo, bem como seus movimentos e cruzamentos, tomando como investigação três espaços escolares e dois não escolares. Desse modo, nesta pesquisa interessa, especialmente, abordar um dos espaços de investigação que é a Escuela Pedagógica Experimental (EPE), em Bogotá, Colômbia. A referida escola inseriu em suas práticas pedagógicas alguns princípios de economia sustentável através de projetos realizados em parceria com a comunidade educativa e outros agentes externos. Assim, pretende-se pensar o projeto de economia ambiental de tal espaço educativo, em meio à noção de biopolítica de Michel Foucault.

Palavras-chave: Economia Ambiental. Educação. Biopolítica. Escola. Foucault.

Recebido em: 13/07/2016

Aprovado em: 29/05/2017

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2018v36n1p296>



Abstract**Keywords:**

Environment
Economy.
Education.
Biopolitics.
School. Foucault.

Environmental economy and biopolitics: the experience of a colombian school

The objective of this article is to problematize education about climate change, as one of the challenges of contemporary society. It thus seeks to understand how new configurations of environmental economics are established, considering Michel Foucault's concept of biopolitics. This study is a result of investigations carried out in the research group Curriculum, Space, Movement (CEM/CNPq/UNIVATES). It uses the philosophy of difference and poststructuralist curriculum theories, to broaden understanding of curriculum, its movements and intersections, by examining three school spaces and two non-school spaces. The article is particularly interested in examining the Experimental Pedagogic School (EPE) in Bogotá, Colombia. This school included in its teaching some principles of sustainable economy through projects carried out in partnership with the educational community and other outside agents. The paper analyzes the environmental economics project, in this educational space, using Michel Foucault's notion of biopolitics.

Resumen**Palabras clave:**

Educación.
Biopolítica.
Escuela.
Foucault.

Economía Ambiental y Biopolítica: experiencia de una escuela colombiana

El presente trabajo pretende problematizar, tomando como punto de partida uno de los desafíos de la contemporaneidad, la educación de la sociedad sobre los cambios climáticos. En ese sentido, busca comprender de qué manera se dan las nuevas configuraciones de economía ambiental bajo la óptica del concepto de biopolítica de Michel Foucault. Este trabajo está en concordancia con las investigaciones realizadas por el grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/UNIVATES), cuyo objetivo es, partiendo de los presupuestos de la Filosofía de la diferencia y de las teorizaciones curriculares post-estructuralistas, ampliar las perspectivas de entendimiento de currículo, así como sus interrelaciones y sus movimientos, teniendo como foco investigativo tres espacios escolares (formales) y dos no escolares (o no formales). Para este artículo es de especial interés uno de los espacios escolares que es la Escuela Pedagógica Experimental (EPE), ubicada en Bogotá/Colombia. Esta escuela incluyó dentro de sus prácticas pedagógicas algunos de los principios de la economía sustentable por medio de proyectos realizados en conjunto con la comunidad educativa, comunidad vecina y otros agentes externos. De esta manera, se pretende pensar el proyecto de economía ambiental del referido espacio educativo, a partir de la noción de biopolítica propuesta por Michel Foucault.

Introdução

Os acordos para a redução de gases estufa e do aquecimento global já vem sendo discutidos há um longo tempo em convenções mundiais ocorridas e que seguem nas pautas das que ainda estão por vir. Cabe destacar as convenções iniciadas no Brasil Rio-92, o clima Rio+5, o protocolo de Kyoto, Rio+10, o Relatório de Stern, Rio+20, as Conferências COP (Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) até a COP 21, realizada em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015.

Por outra via, a preocupação pela educação dessas novas gerações também envolve um conjunto de técnicas e procedimentos de regularização de hábitos corporais e, em geral, da vida sujeita às demandas do mercado. Tais práticas estão permeadas pelo que Foucault (1997) chama de “biopolítica”. Trata-se de estabelecer mecanismos capazes de estimular a natalidade, prolongar a vida, prevenir epidemias, regularizar hábitos corporais, diminuir a extensão e intensidade das doenças (SIBILA, 2009). Esses mecanismos também são percebidos em práticas alternativas dos recursos ambientais, como no caso da economia ambiental, que seria uma nova *oikos*, produto de um discurso biopolítico e práticas educativas inovadoras para contrapor aos modelos inoperantes de consumo.

A partir disso, algumas escolas pelo mundo têm inserido em seus currículos o componente ambiental, como é o caso da *Escuela Pedagógica Experimental (EPE)*, em Bogotá, na Colômbia, espaço de investigação do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, do Centro Universitário UNIVATES, cujo objetivo é investigar as especificidades curriculares em espaços escolares e não escolares e suas relações e cruzamentos com os movimentos escolarizados e não escolarizados¹.

A EPE aposta em introduzir em suas práticas educativas os princípios da economia azul de Gunter Pauli, que envolvem conceitos de bioeducação, ou seja, educação para a responsabilidade global. Sendo assim, por meio da análise de artigos, informações em sites e entrevistas realizadas com integrantes da referida escola, este artigo se propõe em articular uma aproximação entre a implementação do projeto ambiental da *economia azul* e o espaço educativo “formal” da EPE, a partir do olhar da biopolítica. Para tal fim, apresenta-se o seguinte roteiro: primeiramente, um breve percurso desde as primeiras convenções ambientais até a COP 21, evento realizado em Paris, 2015; em seguida, uma concisa reflexão sobre a noção de biopolítica; posteriormente, uma apresentação da escola colombiana e do projeto de economia azul; finalizando, assim, com alguns questionamentos.

Breve percurso: das primeiras convenções ambientais até a COP 21/Paris 2015

Alguns autores parecem concordar em utilizar como ponto de partida das discussões ambientais a “Cúpula da Terra”, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92), embora já tivesse acontecido em Estocolmo, no ano de 1972, a “Cúpula sobre meio ambiente humano” (BRASIL, 2005), realizada pelas Nações Unidas, a qual deu início à denominada Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, criada na Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP/Rio 92). Nessa conferência, foram destacados os avanços no sentido de reconhecer que os recursos naturais são compartilhados não apenas pelas gerações atuais, como também pelas futuras. Da mesma forma, as ações antrópicas que estão associadas ao desenvolvimento econômico, produzem consequências e repercutem no clima, por exemplo, o efeito que geram os Gases de Efeito Estufa (GEE).

Cinco anos após acontecer a Rio-92, a Organização das Nações Unidas realizou uma convenção extraordinária para avaliar os resultados, tendo como principal motivo, encontrar as causas do insucesso nesse intento de remediar os acordos iniciais, criando um ambiente propício para a criação do protocolo de Kyoto, no marco da terceira COP. Assim, a terceira COP, realizada em Kyoto, no Japão, deixou como fruto o estabelecimento de metas claras para a redução de emissões de GEE. No entanto, alguns países não se comprometeram com os acordos obrigatórios de redução que entraram em vigência em 2005, entre eles os Estados Unidos da América.

Uma década depois da Rio-92, realizou-se a Rio+10, em Johannesburgo, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, confirmando a dificuldade para implementar as recomendações estabelecidas na Rio-92, assim como a “estreita relação entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 43).

De volta ao Brasil, a Rio+20, no Rio de Janeiro, foi responsável pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Para destacar, foi nessa convenção que tivemos como fruto a aprovação do documento que aponta para o futuro que queremos, no qual se especificam alguns pontos para serem realizados nos próximos anos, juntamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em meio a tais objetivos, pode-se destacar o de atingir o ensino básico universal, a partir da universalização do ensino básico de meninos e meninas (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011), mencionado como uma das ações mais urgente e ambiciosa, de acordo com os princípios e disposições da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, pelas suas siglas em inglês).

A COP 21 foi realizada em Paris, após inúmeras tentativas de organização pelos países

membros, e teve pela frente o desafio de um novo acordo que substituía o protocolo de Kyoto, cuja intenção era reduzir a emissão de GEE para limitar que a temperatura global aumentasse em 2°C. Antes da realização da COP, existiram algumas atividades preparatórias a serem realizadas, chamando a atenção uma que estava relacionada com a comunidade acadêmica e que se realizou no *L'Institut des Hautes Études pour la Science et la Technologie* (HIEST), em Paris, chamada “Empresas em caso de Mudança Climática: Educar, Agir, Governar” (*Les Societes a l'épreuve du changement Climatique: Eduquer, Agir, Gouverner*²). Entre as ementas de tais atividades, destaca-se rever coletivamente as questões transversais de educação, o debate público, normas, relação controversa entre ciência e política. Parece haver aí uma preocupação pela educação dessas novas gerações, mas como fazer isso? Será por meio dos dispositivos de “Educar, Agir e Governar”? O que está em jogo não seria um conjunto de técnicas e procedimentos de regularização de hábitos corporais e da vida, sujeita às demandas do mercado?

Acerca da Biopolítica

A necessidade de ordenação da sociedade, organização do tempo e do espaço, disciplinarização do corpo, que se instituiu a partir do século XVII, provocado pelo deslocamento do poder pastoral para o poder disciplinar, tinha como objetivo uma sociedade de normalização, que, segundo Foucault (1999, p. 302), caracteriza-se como “uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”. Ademais, a grande explosão demográfica do século XVIII instaura uma nova dominação política do corpo, fabricando um tipo de homem e uma sociedade disciplinar necessária ao bom funcionamento da economia capitalista e da ordem da sociedade. De acordo com o autor:

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...]. (FOUCAULT, 2008, p.143).

Contudo, o processo de industrialização e a ascensão do capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX, provocam uma nova mudança nas formas de exercício de poder, de modo que tais formas não se encontram mais atreladas aos dispositivos disciplinares, mas às formas de controle da população. Portanto, não interessa mais disciplinar as condutas, mas produzir formas de gestão da vida das populações, o que Foucault (2008, p. 28) vai chamar de *biopolítica*, ou seja, um modo de governo do corpo e da vida ou, nas

palavras do filósofo, a “maneira como se tentou, desde o século XVIII racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças”.

Desse modo, Foucault (2008) ajuda-nos a compreender que toda vez que o poder do estado não se concentra mais em fazer morrer, senão em fazer viver, passa-se de um poder disciplinar de condução de condutas do indivíduo, para as condições que garantam que a população (enquanto força de trabalho) consiga viver mais tempo, trabalhar mais tempo. Em seu curso proferido no *Collège de France*, entre 1978-1979, o autor afirma: “procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, tem como núcleo central claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, e a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar” (FOUCAULT, 2008, p. 30). A biopolítica, assim, concentra-se na organização e na administração da vitalidade humana coletiva e individual.

Desde então, o objetivo da biopolítica passa a ser dominar o inefável, casualidade que afeta toda a população de seres vivos; em definitivo, estabelecer mecanismos capazes de estimular a natalidade, prolongar a vida, prevenir epidemias, regularizar hábitos corporais, diminuir a extensão e intensidade das doenças (SIBILIA, 2009). No mesmo sentido, podemos nos referir ao biopoder como um tipo de poder que aponta diretamente à vida e é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, operando por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens (SIBILIA, 2009; PELBART, 2013). Assim, para dirigir a conduta dos homens, era necessário criar um dispositivo de controle que apontasse a vida para extrair seu máximo valor per-capita: “As empresas assumem certas funções de importância vital que antes era responsabilidade exclusiva das instâncias públicas, interpelam corpos e subjetividades com a linguagem flexível do mercado e contribuem para produzi-los” (SIBILIA, 2009, p. 159).

Desse modo, os tentáculos do biopoder se ampliam e transpassam as instituições e áreas, antes específicas, para se estender por todos os espaços, todos os tempos, todas as vidas, ao longo da vida. Se antes o governo e suas ramificações (as instituições com quais exerce(cia) controle sobre indivíduos e coletividades) se efetuavam por analogia, agora, ao domínio das biopolíticas, precisariam de um novo dispositivo para canalizar o controle disperso e total numa instituição onipresente como “o mercado” (SIBILIA, 2009), convertendo-se, assim, no dispositivo contemporâneo, com seu elemento fictício: a regulação.

É possível ver como na atualidade o mercado abarca não só variáveis meramente econômicas, mas também inclui em seu discurso, elementos como a moda e a cultura, entre outros; elementos que permitem às empresas organizar e regular, à sua vontade, territórios,

populações, indivíduos e, como menciona Sibilia (2009), corpos e subjetividades. Isso se fortalece quando o objetivo do biopoder consiste em produzir forças e fazê-las crescer, ordená-las e canalizá-las, em vez de obstruí-las ou destruí-las, em especial porque “não cabe ao poder fazer morrer, mas, sobretudo fazer viver, isto é, cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos, otimizar a vida. Gerir a vida, mais do que exigir a morte” (PELBART, 2013, p. 25).

Assim, para além dos dispositivos disciplinares, o controle estendeu-se para fora das instituições, produzindo um sistema econômico-político dominante, gerador de lucro, mas também gerador de consequências nefastas para o meio ambiente (que adicionalmente é a matéria-prima para o capitalismo), já que a vida humana está atravessada pelo meio no qual se desenvolve.

Diante de tal perspectiva, uma das estratégias que se estende para além do econômico, parece ser a educação de uma nova *oikos* do ambiente, ou seja, uma economia ambiental que por apresentar um valor quantificável à vida como critério ético (e não utilitarista, como na maioria dos casos) e político, ou seja, engendrados por práticas educativas inovadoras, propõe alternativas aos modelos inoperantes de consumo.

EPE: Projeto Economia Azul

Algumas escolas pelo mundo têm inserido em seus currículos o componente ambiental, o que está de acordo com as estratégias apresentadas por países que participaram no evento de Paris, como, por exemplo, a Colômbia, a China e outros. Tais países apresentaram estratégias para diminuir os efeitos da mudança climática, tendo como uma das ferramentas, a educação. No caso específico da Colômbia (2015), o seguinte objetivo foi traçado: “promover a educação em mudanças climáticas para gerar mudanças comportamentais e fortalecer a estratégia de formação e educação de diferentes públicos sobre as mudanças climáticas, tendo como foco os diferentes atores da sociedade colombiana”.

A *Escuela Pedagógica Experimental* (EPE) integra um dos espaços de investigação do Grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates). A aproximação com a referida escola ocorreu por meio da análise de artigos, informações em sites e entrevistas realizadas com integrantes da escola, além de visitas ao espaço.

Fundada em 1977, na cidade de Bogotá, a EPE nasce com a iniciativa de alguns professores que estavam inconformados com a formação de seus filhos em alguns modelos de educação tradicionais e decidiram se aventurar em um novo projeto experimental de educação, com vistas a romper com o modelo da escola moderna, os modos estratificados de

relação com o conhecimento, o espaço e o tempo e as capturas da subjetividade. Dessa forma, como afirma Segura et al. (1999, p.43), a “escola não é o resultado de planos prévios, senão a concreção de transformações nas quais a emoção e o conhecimento têm dinamizado os processos”.

Como não há planos prévios para o seu modo de pensar e o seu funcionamento, a EPE sustenta-se em práticas de investigação, como podemos ver nos fragmentos de entrevistas a seguir:

[...] obviamente a EPE é uma escola que investiga, que lê e que todo o tempo está revisando o que há de novo na educação, o que há de novo na pedagogia, quais são os novos autores que existem e a gente percebe que existem outras correntes e outras formas de pensar. (Entrevistado B – Entrevista 2).

[...] na escola cada vez se acham coisas diferentes, neste momento a Escola fala de Economia Azul, porque em algum momento se encontra um texto de Gunter Pauli, que se identificava com as procuras da Escola. Isto faz muitos anos. Então se decidiu que isso poderia articular ao projeto EPE. Então estamos no projeto de economia azul, entretanto quando a gente olha a economia azul, é algo que não se ajusta a uma escola, certo? Não é uma proposta para uma escola, porém nós temos na EPE o autor Gunter Pauli. Ele não é usado em nenhuma escola, os loucos somos nós que o estamos usando na Escola. (Entrevistado A – Entrevista 2).

A Economia Azul, tal qual citada na entrevista acima, é uma proposta do Gunter Pauli³ para contrapor ao modelo de consumo atual, que nasce com sua tentativa de “Zero emissões”, compondo-se em um projeto empresarial inovador, já que a economia verde ou, pelo menos alguns de seus princípios, se tornaram inviável economicamente (PAULI, 2012). O modelo proposto pelo economista belga parece ser inovador, pois radicaliza na eficiência dos mercados, tendo como ponto de partida a “reinação” de capital nos mercados locais, como destaca Pauli (2012): “a economia azul se aplica a qualquer sector empresarial e para além da reinação de dinheiro na economia local, é o uso de recursos disponíveis localmente é dedicado a eliminar tudo o que não é necessário”.

Em outras palavras, a proposta azul consiste em tornar mais eficiente os sistemas de produção baseado no próprio modelo da natureza que tem altos níveis de eficiência. Nesse mesmo sentido, o empreendedor azul destaca:

A economia azul não é adaptada às grandes corporações, que têm um modelo de negócio estabelecido que vai ser difícil de mudar. A economia azul em vez inspira os jovens e as mentes empreendedoras e oferece uma ampla plataforma de ideias inovadoras que têm sido implementadas em algum lugar do mundo para demonstrar que o futuro é brilhante, desde que ir além do conhecido e do óbvio. (PAULI, 2012).

O projeto experimental da EPE, em um primeiro momento, parece encaixar-se ao que propõe Pauli (2012), mas também pode provocar as seguintes interrogações: a EPE configura-se como uma organização empresarial? Como uma escola que nasce com o intuito de romper com o modelo tradicional de escola pode implementar um modelo de eficiência econômica dentro de seus programas?

Antes de seguir adiante, é importante novamente enfatizar que muitas escolas ao redor do mundo inseriram nos seus modelos educativos o componente ambiental, impelidos pelos ODM, proposto pelas Nações Unidas. Contudo, na EPE apostou-se em uma proposta ética que “além de ser um tema que está na moda nos currículos das escolas impostas pela ‘cultura dominante’ e as necessidades globais; é uma necessidade nos nossos territórios para contrabalançar os processos de globalização e de homogeneização biológica e cultural” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 3). Essa aposta, aliada ao potencial pesquisador da escola, fez com que os princípios da economia azul de Gunter Pauli se enquadrassem de maneira adequada nos projetos investigativos que estão sendo construídos na escola, abrindo espaço para vários outros projetos que “pretendem transformar as atitudes em ações frente ao conceito de resíduo, pois o que é resíduo para uns é matéria-prima para outros. Realmente, o problema está em desperdiçarmos os resíduos que geramos e fazermos economicamente insustentável este sistema” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 3).

Inicialmente, esses projetos foram pensados e construídos com a comunidade educativa. Porém, alguns deles ampliaram as parcerias com a comunidade local, com instituições governamentais e não governamentais e deram espaço a outros saberes não especializados que integram os projetos e que na escola são chamados de *experts*⁴. De início, a EPE implementou, em 2012, dois projetos: Gestão de Resíduos e Lanches Saudáveis. No ano seguinte realizaram mais nove projetos: “Plantas ornamentais e medicinais; Aproveitamento de água da chuva; Recuperação de árvores; Cultivo de minhocas; Tratamento de resíduos sólidos; Geleia; Tecidos e Teares; Construção de brinquedos e Recuperação do riacho *Puente Piedra*” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 5, grifo dos autores), sendo que no último projeto houve um maior envolvimento e uma vivência do mesmo na cotidianidade da escola.

A participação em alguns encontros da escola nos possibilitou experienciar algumas dessas questões, anteriormente já lidas nos livros publicados pela EPE e escutado por meio de falas dos seus integrantes. Sendo assim, narramos uma dessas vivências: o percurso pelo riacho foi feito com três estudantes que participaram do projeto “Recuperação do riacho

Puente Piedra” e nos contaram que uma das primeiras ações desse projeto foi a aproximação com outras experiências de recuperação de riachos. Nas suas falas enfatizaram o quanto foi necessário primeiro escutar essas vivências, para depois entender um pouco das problemáticas acerca da poluição do riacho *Puente Piedra*. Eles destacaram como o conhecimento e saberes de pessoas do local (*experts*) contribuíram para reconstruir a história e fazer a cartografia social do espaço, e que somente com a participação desses atores seria possível realizar o primeiro processo de despoluição da fonte hídrica.

De igual forma, os excertos de uma entrevista com um aluno do ciclo 12⁵, que está inserido na escola desde o nível 6, nos dá pistas de como o projeto de Economia Azul começa a fazer parte das dinâmicas curriculares da escola.

O que primeiro gostei na EPE foi quando cheguei ao bosque (mato), porque eu era uma criança de casa, eu nunca saía muito, então tendo muita liberdade de correr, de conhecer novos amigos e bom aí fui conhecendo a EPE, é essa relação de que temos com a natureza e que faz parte também de nossas aulas. (Entrevistado D – Entrevista 3).

[...] nós temos linhas de projetos que se chamam especialização e em níveis mais baixos projetos de cadeiras. É como se nós estudantes tivéssemos uma ideia do que se quer ser quando grande, então a gente olha as opções e pode eleger sua aula. A liberdade aí já era muito maior do que num colégio, só que agora também o tema da Economia Azul e de outras aulas a gente pode escolher, pois a economia azul tem abarcado o tema de querer cuidar o planeta e ter uma atitude diferente na nossa relação com o planeta. (Entrevistado D – Entrevista 3).

Para a EPE, esse tipo de projeto, inserido dentro da estratégia da Economia Azul, “toma forma nos projetos que têm um significado preciso e que combina conhecimento útil para a realização coletiva: enquanto nos permitirmos usar o que sabemos, também exigiremos respostas e perguntas surgem no processo e nos forçam a aprofundar a nossa compreensão do que fazemos” (EPE, 2013, p. 3). É interessante observar como uma escola, a partir de um modelo econômico e rígido, baseado em regras e leis do capital, como é o caso do projeto de Pauli, consegue flexibilizar tal lógica, pois ao tomar um modelo de negócios para pequenas corporações, que nada tem a ver com a escola, potencializa algumas práticas que já estavam acontecendo na EPE e ultrapassa os seus “limites”.

Das (In)Conclusões

O que está em jogo na reflexão proposta por este artigo parece ser, por um lado, pensar na necessidade da escola propor práticas de economia ambiental que estão de acordo com o cenário e com as discussões mundiais; por outro, problematizar o quanto a economia

ambiental é mais um conjunto de técnicas e procedimentos de regularização de hábitos corporais e, em geral da vida, sujeita às demandas do mercado, isto é, uma nova *oikonomia*. Talvez seja interessante destacar o fato de que uma nova *oiko*, que a princípio nasce como um contraponto biopolítico, acaba por tornar-se um discurso biopolítico quando, a partir de estratégias para diminuir os efeitos da mudança climática, toma medidas de regularização e normalização da vida, tendo como um de seus aliados, a educação. Assim, em meio a algumas experiências desenvolvidas na escola colombiana, pode-se gerar algumas discussões que tensionam os discursos biopolíticos, produzindo outros modos de pensar as práticas educacionais e escolares contemporâneas.

Para finalizar este texto, sem, contudo, concluir a discussão, propomos alguns questionamentos: de que modo podemos pensar a nova configuração do conceito de economia/verde/Ambiental (nova *Oikos*)? Seriam os discursos de redução de GEE uma nova ferramenta de biopoder e de marketing dos estados, os quais preferem pagar ao invés de mudar seus modelos de produção? Dito de outra forma: temos que produzir pessoas em meio a uma economia ambiental para gerar mudanças comportamentais e ter uma economia sã? É possível uma economia sustentável? E se for possível, a qual custo?

Não temos respostas para tais questões e nem é essa a finalidade deste escrito. No entanto, talvez elas nos indiquem apenas algumas pistas que sirvam para produzir novas discussões ou até mesmo para nos ajudar a seguir pensando as questões aqui apontadas.

Notas

¹ O campo empírico da referida pesquisa é composto por mais outros quatro espaços de investigação: uma Organização não Governamental (ONG), uma Fundação de Arte, uma Escola da Rede Pública de Educação, todas na região sul, e um Museu de arte localizado no Sudeste do Brasil.

² Disponível em: <<http://www.ihest.fr/les-actualites/la-lettre-d-information/la-lettre-de-l-ihest/universite-europeenne-d-ete-2015>>.

³ Vide: <www.gunterpauli.com> e <www.zeri.org>.

⁴ Pessoas que tem conhecimento na área e não precisa ser conhecimento acadêmico, pois o que se valoriza é a experiência.

⁵ O ciclo 12 equivaleria ao segundo ano do Ensino Médio no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Cadernos NAE: Mudança do Clima*. Brasília, DF, 2005. v. 1. n. 3.

PEREIRA, Adriana C.; SILVA, Gibson Z.; CARBONARI, Maria E. *Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2011.

COLÔMBIA. *Contribución Prevista Determinada a Nivel Nacional: Conferencia de las Partes de la Convención. Marco de Naciones Unidas sobre Cambio Climático (CMNUCC)*. Bogotá, DC, 2015. Disponível em: <http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Colombia/1/INDC%20Colombia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

EPE. Escuela Pedagógica Experimental. **Economía Azul**. Bogotá, DC: Corporación Escuela Pedagógica Experimental, 2013. Disponível em: http://www.epe.edu.co/uploads/4/8/4/2/48423709/economia_azul_junio_2013.pdf. Acesso em: 19 mar. 2016

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica, em Resumo dos cursos do College de France (1970-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PAULI, Gunter. *The Blue Economy*. Cidade do Cabo: Gunter Pauli, 2012. Disponível em: http://www.gunterpauli.com/The_Blue_Economy.html. Acesso em: 10 mar. 2016

PELBART, Peter Pal. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

SEGURA, Dino et al (Org.). *La construcción de la confianza: una experiencia en proyectos de aula*. Bogotá: Corporación Escuela Pedagógica Experimental, 1999.

SEGURA, Dino; GARCÍA, Mónica. *Hacia una Escuela para la Sociedad: una perspectiva ambiental desde la Economía Azul. Escuela Pedagógica Experimental*, Bogotá, feb. 2014. Disponível em: http://www.epe.edu.co/IMG/pdf/proyectos_de_economia_azul_en_la_escuela.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016

SIBILIA, Paula. *El hombre postorgánico: cuerpo, Subjetividad y tecnologías digitales*. México: FCE. 2009.